

# A MASSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO DE SEMENTES CRIOULAS E O FORTALECIMENTO DA SOBERANIA ALIMENTAR<sup>9</sup>

*Suênia Cibeli Ramos de Almeida*

*Wagner Costa Ribeiro*

### RESUMO

A experiência do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) com o Projeto Nacional de Sementes, no estado de Santa Catarina, Brasil, insere-se entre as novas práticas do movimento da soberania alimentar. O presente artigo objetiva mostrar em que medida essa prática fortalece essa soberania. O texto foi constituído a partir da pesquisa de campo realizada entre 2015 e 2016 com camponeses do MPA e da rede de guardiões e multiplicadores de sementes, gestores públicos e pesquisadores envolvidos no processo, dialogando com a literatura sobre o tema. Conclui-se que o movimento construiu um legado importante para a estruturação da soberania alimentar no país, tanto do ponto de vista de saberes técnicos quanto político e institucional para subsidiar políticas públicas para o setor de soberania genética.

---

<sup>9</sup> O presente artigo é parte da tese de doutoramento de Suênia Almeida, intitulada Estratégias socioambientais da soberania alimentar, defendida no ano de 2018, no Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental (PROCAM) do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE-USP), sob a orientação do Prof. Dr. Wagner Costa Ribeiro.

## INTRODUÇÃO

A perda da agrobiodiversidade e da autonomia camponesa tornou-se um dos principais problemas socioambientais na contemporaneidade. Compreendemos que a questão socioambiental não está dissociada da dinâmica da economia política. Nessa medida, a abordagem da ecologia política torna-se uma abordagem teórica apropriada, porque produz uma leitura que resgata os movimentos da economia política, da sociedade e seus conflitos e de como esses interagem na produção de impactos, efeitos e consequências sobre esses problemas, desafios e possibilidades socioambientais.

Nesse contexto, o debate sobre a justiça ambiental e a soberania alimentar envolve a disputa pelo poder político e econômico entre os camponeses e as grandes corporações e os estados nacionais, com diversos impactos sobre as formas de acesso e distribuição dos recursos socioambientais, além da participação nos processos definidores de políticas nos âmbitos comercial, das leis de patentes, do uso de solos, da água, da regulação de agrotóxicos, dos subsídios, de leis trabalhistas e das regras que regulam esses mercados. Esse debate é importante porque envolve uma parcela considerável de pessoas, não apenas no Brasil, mas, sobretudo, nos países em desenvolvimento.

Esse processo de disputa de legitimidade, tanto dos formatos de coleta como de armazenamento e conservação, envolveu, nos últimos anos, uma diversidade de atores estatais, organizações não governamentais, instituições internacionais, instituições científicas, sociedade civil e movimentos sociais, produzindo um legado de práticas, seja do ponto de vista do arcabouço jurídico, de articulação em rede e novas organizações do movimento camponês em nível internacional, seja nas experimentações e nas inovações sociais e locais produzidas pelos agricultores e coordenadas por diferentes atores sociais para fazer frente a esse avanço.

Tal dinâmica tem sido descrita, do ponto de vista da articulação do movimento camponês internacional, por autores como Niemeyer (2006), Vieira (2008), Desmarais (2013) e Batista (2013), cujos textos descrevem a história da constituição da Via Campesina, conteúdos e formas de lutas e os desafios dos camponeses e dos agricultores ao redor do mundo e no Brasil em torno da construção e da resistência ao processo de globalização do capital nos sistemas alimentares, estando aí inserida a luta para conter o avanço dos organismos transgênicos.

Assim, a continuidade e a existência dos bancos de sementes crioulas, que asseguram maior autonomia aos camponeses na reprodução de seus sistemas de produção alimentares e que dizem respeito ao controle dos recursos genéticos

e da biodiversidade, passam a compor o rol de ações e práticas que podem ser descritas como fortalecedoras da soberania alimentar. Os movimentos ligados aos camponeses são pressionados cotidianamente a criar novas formas de resistências e estratégias para superar essa nova etapa do avanço do capital no campo. Uma dessas formas se expressa pela constituição de experiências de produção de suas próprias sementes em escala maior, que permita a distribuição e a comercialização para aqueles camponeses que não conseguem reproduzir as suas sementes e dependem do mercado das sementes transgênicas e híbridas das multinacionais.

A sistematização dos esforços de diferentes comunidades locais e organizações de agricultores (representativas dos agricultores ou de organizações não governamentais), coletivamente ou em rede, na tentativa de institucionalizar estratégias e práticas históricas dos agricultores e que, desde a década dos 1980, convergem para a consolidação das experiências de conservação da agrobiodiversidade, consubstanciada na prática da conservação de sementes, seja por meio da constituição dos bancos coletivos de sementes, casas de sementes, entre outros formatos coletivos e individuais e buscam visibilizar esses processos (REIS, 2012; CUNHA, 2013, 2014; OLIVEIRA, 2014; CARDOSO, 2015).

O que há em comum entre eles é que demonstram um crescente interesse na questão das sementes como um elemento-chave para a construção da soberania alimentar, seja no discurso e nas práticas dos movimentos sociais do campo, reunidos na articulação Via Campesina; seja no histórico que congrega as ações do movimento da agroecologia reunidos por meio da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); seja, ainda, em instituições científicas e acadêmicas, cuja existência de pequenos núcleos de pesquisadores vem produzindo uma prática de pesquisa de melhoramento participativo, como e, principalmente, na articulação de rede que congrega uma diversidade de organizações sociais como a experiência da Asa Brasil (REIS, 2012; CUNHA, 2013).

A experiência do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) com o Projeto Nacional de Sementes se insere entre essas novas práticas. O presente artigo objetiva mostrar em que medida essa prática fortalece esse discurso, considerando o conceito em construção de soberania alimentar e a descrição da experiência em curso desse movimento. O texto foi constituído a partir da pesquisa de campo realizada entre 2015 e 2016 com camponeses do MPA e da rede de guardiões, multiplicadores de sementes, gestores públicos e pesquisadores envolvidos no processo, dialogando com a literatura sobre o tema.

## **METODOLOGIA**

O estudo teve como foco o Projeto Sementes Crioulas do MPA/Brasil. Atualmente, o MPA atua em 17 estados da federação brasileira e, em alguns estados e municípios, é o projeto-referência para o conjunto do movimento, dos governos e da sociedade civil. Esse é o caso do projeto desenvolvido no estado de Santa Catarina.

Fontes primárias e secundárias foram utilizadas, levando em consideração o referencial teórico da ecologia política. Para a realização das entrevistas, organizaram-se dois grupos distintos com aplicação de questionários diferenciados, objetivando acercar-se das questões que orientaram a pesquisa. Dessa maneira, fizeram parte da pesquisa dirigentes, assessores e técnicos da cooperativa Oestebio e do MPA; camponeses orgânicos ao movimento que participam da rede de guardiões e multiplicadores, incluindo aqueles que não estão ligados organicamente ao movimento, mas participam na rede como multiplicadores de sementes, contemplando, na escala do tempo, os que iniciaram o processo e aqueles que foram integrados a ele. Nesse universo, foram realizadas dezesseis entrevistas nos municípios de Anchieta, Palmitos e São Miguel do Oeste, no estado de Santa Catarina, e no município de Hulha Negra, no estado do Rio Grande do Sul.

O segundo grupo foi composto por pesquisadores, professores e gestores que estiveram envolvidos nas atividades de concepção, estruturação, implementação e acompanhamento do processo, quais sejam: Conab-Mapa, em Brasília; Epagri e UFSC, em Florianópolis, SC; Embrapa-Sede, em Brasília; e Embrapa Clima Temperado, em Pelotas, no Rio Grande do Sul, totalizando oito entrevistas. Foram utilizados roteiro de entrevista e questionário semiestruturado e, quando autorizado pelo entrevistado, foi feito uso de gravador.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A Via Campesina vem orientando politicamente seus membros na constituição de experiências que fortaleçam as práticas já em uso pelos camponeses, quais sejam, as casas de sementes comunitárias, o reforço para o desenvolvimento da agroecologia como matriz tecnológica e a ampliação e a busca de aliados comprometidos com os princípios que orientam as suas ações. Isso porque os desafios atuais têm sido buscar alternativas para atuar nessa realidade de restrições e captura da soberania das sementes. Para tanto, construir alianças para além do campo do próprio movimento tornou-se imperativo, como Suárez (2013) salienta, analisando a ação do movimento nas arenas das estratégias legais:

requires larger and more complex levels of organization because it builds on broader alliances among different actors, for instance, peasants, consumers, law professionals, policy makers and scientists; and on the capacity to simultaneously operate at different levels and arenas of action (p. 248).

Em que pese à noção de soberania alimentar seja uma noção-conceito ainda em construção, portanto, aberta, funcionando como um “guarda-chuva” – mobilizando uma amplitude de escalas e realidades, de ações e de sujeitos –, compreende-se, a partir das leituras realizadas, que no contexto da dinâmica desta pesquisa essa noção pode ser apropriada como um conceito utopia, no campo do ideal, bem mais que um conceito normativo. A partir dessa plasticidade, ele acolhe uma diversidade de experiências denominadas aqui “resistências”. Nesse quadro, as ações que pretendem reconstruir os estoques de sementes dos camponeses – sua autonomia – compõem um dos repertórios da soberania alimentar e da soberania das sementes.

É importante ressaltar que o Projeto Nacional de sementes do MPA se insere nesse contexto, dialogando com os repertórios e as experiências internacionais do movimento da soberania alimentar e da soberania genética, guardando uma particularidade no que diz respeito à estratégia de ação política, envolvendo a massificação da produção de sementes em escala para comercialização e distribuição numa perspectiva de disputa territorial com a produção de sementes comerciais do agronegócio. Portanto, configura-se como uma experiência concreta, demarcatória de espaço nos territórios da política, do mercado e da paisagem com potencial para compor um novo repertório para além das estratégias legais e institucionais no campo da soberania alimentar.

No mesmo sentido, associando dois eixos – segurança alimentar e sustentabilidade ambiental – o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>10</sup> oportunizou que movimentos sociais como o MPA operacionalizassem um dos principais temas de seu projeto político – o Plano Camponês –: a questão da soberania alimentar por meio do Projeto Nacional de Sementes. Isso foi possível, primeiro, porque o PAA se operacionalizou, especialmente no seu nascedouro, a partir das organizações da sociedade civil – associações, cooperativas, sindicatos etc. Essas organizações executaram as primeiras contratações e realizaram a intermediação dos produtos da agricultura familiar e camponesa ao mercado institucional por meio da Conab e seus instrumentos.

---

<sup>10</sup> O PAA foi instituído pela lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003, criado pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa), desenvolvido em colaboração com governos municipais e estaduais e operacionalizado pela Conab.

Uma das principais críticas que os movimentos sociais faziam em torno tanto das sementes que estavam sendo distribuídas pelos programas governamentais, por exemplo, o Programa Nacional de Sementes para a Agricultura Familiar (Ministério do Desenvolvimento Agrário); o Programa Brasil Sem Miséria (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome), como outras ações dos governos estaduais era de que se tratavam de sementes híbridas e/ou sem padronização. Os agricultores e os camponeses vivenciavam e vivenciam o avanço das sementes transgênicas no campo e, ao mesmo tempo, os movimentos sociais participavam do debate e da formulação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) nos diversos fóruns governamentais e sociais em que a questão da escassez de sementes crioulas eram relatadas.

Desde sua fundação, em 2003, o PAA, por meio de sua operacionalizadora, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), vinha comprando sementes para abastecer os bancos de sementes dos agricultores. Esses fatores e, sobretudo, a pressão do movimento social e de outros atores que participavam desses fóruns fizeram com que resultasse, em 2014, na criação do PAA Sementes, pelo Decreto n. 8293 de 12 de agosto de 2014. Nesse contexto, várias organizações sociais já estavam redesenhando suas estratégias, muitas delas desde a década dos 1990, no resgate e na multiplicação de suas sementes, buscando fortalecer grupos de agricultores em situações de escassez de sementes em virtude das condições climáticas, especialmente no Nordeste, mas também no Sul do país; outras visavam fortalecer os bancos comunitários de sementes em comunidades ou nas suas organizações.

Nesse contexto, o MPA redefine sua atuação para além do resgate, da manutenção e da multiplicação das sementes crioulas e constrói uma estratégia de massificação de produção de sementes, visando abastecer as famílias cujos sistemas de produção dependam da aquisição via mercados e/ou políticas públicas. Para além de atender esse mercado institucional, o fortalecimento da soberania genética dos agricultores familiares por meio da aquisição de sementes crioulas ou variedades produzidas pela pesquisa pública é um dos horizontes, porquanto o que está em jogo é a soberania alimentar desses territórios camponeses.

No ano de 2004, o MPA elabora seu projeto político consubstanciado no documento intitulado “Plano Camponês”. Segundo MPA (2012b), o Plano tem, na sua base conceitual, os seguintes elementos e pressupostos: camponeses, sistemas de produção camponeses, agroecologia e alimergia. Sinteticamente, camponeses é um modo de ser e de estar no mundo, e seus sistemas de produção foram desenvolvidos ao longo de sua história com independência de insumos externos e com

respeito à natureza. A Agroecologia é considerada a base científica e técnica que vai permitir desenvolver e alcançar a soberania alimentar. É ainda considerado um conceito prático e político, envolvendo várias dimensões: ecológica, social, econômica, política e cultural.

Para o movimento, a resistência ao sistema de dominação capitalista está fortemente ligada à construção de estratégias para a operacionalização da soberania alimentar, pois é a soberania alimentar que fundamentará e garantirá a permanência dos camponeses no território. Este último é entendido como o espaço historicamente ocupado pelos camponeses, e a produção de alimentos necessariamente tem que ser produzida localmente, porque está vinculada a um modo de vida, à cultura de um povo, respeitando o equilíbrio ambiental (MPA, 2012b).

Desde 1996, o MPA desenvolve uma série de atividades em torno dessa temática que envolve o nível das famílias camponesas e das comunidades e o nível dos territórios reunidos, no último período, no Plano Nacional de Sementes. Esse Plano avança no sentido de massificar o acesso ao acervo de sementes crioulas disponíveis, tanto pelas famílias camponesas quanto pelas comunidades. As famílias camponesas, guardiãs de suas sementes, continuam a ser o princípio dessa estratégia, mas ao dinamizar esse processo, objetivando constituir um polo de resistência ao avanço dos transgênicos nos sistemas de produção dos camponeses, o MPA inova com a instalação das Unidades de Beneficiamento de Sementes Crioulas (UBS). Tal estratégia dialoga com a campanha internacional da Via Campesina – as sementes são patrimônio dos povos a serviço da humanidade. Assim, o MPA constrói uma experiência singular, tornando-se referência para fazer frente à perda crescente da biodiversidade e, sobretudo, da memória biocultural do campesinato nacional.

Considerada hoje a maior Planta de Produção de Sementes crioulas em mãos dos camponeses na América Latina, a experiência com a implantação da UBS teve início pelo estado de Santa Catarina, no município de São Miguel do Oeste, administrada pela cooperativa Oestebio (COOPERATIVA, 2014). Esse é um amplo e complexo processo de disputa, que envolve aspectos políticos e técnicos, perpassando a sociedade civil e as políticas de governo e que, certamente, vem produzindo um rico processo de aprendizagens para o movimento e para os camponeses nele envolvido.

Segundo Kloppenburg (2014), considerando o papel que desempenham as sementes na reprodução social dos sistemas alimentares dos camponeses e no funcionamento da agricultura, bem como, o contexto crescente da captura das grandes corporações da soberania dos camponeses sobre suas sementes por meio

da apropriação dos recursos genéticos das plantas, do poder do monopólio da indústria do setor de sementes, do desenvolvimento das culturas transgênicas e da imposição global dos direitos de propriedade intelectual sobre esses recursos, a questão da soberania genética ou das sementes deve ser considerada como parte estruturante da soberania alimentar.

Analisando os manifestos de duas das principais organizações no âmbito internacional que vêm se debruçando na luta global contra as multinacionais do setor, a Via Campesina e a Navdanya, Kloppenburg (2013) identifica as seguintes dimensões que compõem a soberania das sementes ou a soberania genética reivindicada por esses movimentos: o direito de guardar e de replantar as sementes que garante a autonomia camponesa; o direito de compartilhar, de receber e de trocar sementes de outros camponeses, que fundamenta a própria possibilidade de aumentar a diversidade genética; o direito de usar as sementes e de gerar novas variedades, garantindo, assim, a universalidade na produção do conhecimento e o direito de participar na definição de políticas sobre sementes que garanta a preservação da soberania dos camponeses sobre os seus recursos.

Suárez (2013) identifica que, ao redor do mundo, diversos movimentos sociais rurais têm evocado a abordagem dos direitos humanos como uma estratégia importante para organizar as suas lutas contra o avanço da expropriação do capital contra o acesso e o controle dos recursos socioambientais. Acostumados a serem visibilizados pela organização, mobilização e condução de ações diretas, como protestos, ocupações, marchas, entre outras, essa nova abordagem é menos visível, mas muito significativa para essas organizações, que estão usando as estratégias legais para ampliar suas estratégias políticas mais gerais. Entre os exemplos, estão as organizações locais, nacionais e internacionais de camponeses, mulheres camponesas, pescadores artesanais, populações indígenas, trabalhadores rurais sem terra e populações tradicionais em diversos países. As razões para essa inovação, de acordo com informações coletadas pela autora, é que: “the human rights framework is perceived as an alternative strategy of resistance to violent protest or armed struggle which is likely to gather the support of other sectors of society in the face of government repression” (SUÁREZ, 2013, p. 242). Essa é uma das razões, mas não a única para explicar por que essa abordagem tem se tornado um caminho nas estratégias dos movimentos sociais rurais.

Para a autora, o contexto internacional e local também é um fator determinante para que essa abordagem tenha tomado tal abrangência. A globalização neoliberal tem produzido mudanças nas legislações internacional e nacional com relação às questões agrárias, especialmente no tocante às sementes com a imposição do

tratado de propriedade intelectual, produzido no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Nesse novo cenário, os mais pobres, com menos ou mesmo nenhum acesso ao poder, perdem invariavelmente.

Suárez (2013) lembra, ainda, que essa abordagem ancorada nos direitos humanos apresenta limites. Certamente, o contexto em que ela se insere é muito importante, mas, sobretudo, o status atual do desenvolvimento da sua própria estruturação comparada a outros regimes de proteção, como os regimes de proteção para o investimento e o comércio, os quais apresentam mecanismos e instrumentos de proteção e sanções, acabam se sobrepondo, especialmente no que se refere aos camponeses. Esses regimes não aceitam a primazia da lei dos direitos humanos internacional.

A questão da soberania das sementes está diretamente relacionada aos direitos econômicos, socioambientais e culturais e não expressamente aos direitos humanos, como explicita Suárez (2013):

the issues raised in the defense of the peasants' seeds and the associated knowledge are undoubtedly related to the right to adequate food, the right to work, to develop own's one culture and knowledge and the right to self-determination and to freely dispose over natural resources (p. 245).

Parece não haver conexão entre os direitos humanos e os demais direitos, a grande maioria dos Estados não dialoga com os tratados internacionais nessa área. Além disso, os direitos humanos não são estruturas autônomas, não têm aplicabilidade isolada das leis domésticas e outros regimes. Portanto, o problema da profícua produção de regimes, normas e regulamentações que se sobrepõe sobre um mesmo tema, cuja hierarquia de aplicabilidade gera desvantagens para aqueles que não têm elementos de poder ou possuem pouco desses elementos, nas arenas decisórias, vem produzindo efeitos danosos, especialmente para as populações que vivem da agricultura. A perda da soberania das sementes dos camponeses torna-se um caso modelar nesse cenário (SUÁREZ, 2013).

Como pode ser constatado nos trabalhos de Kloppenburg (2004, 2014), historicamente as multinacionais do setor atuam na arena da batalha legal para retirar direitos, impor suas regras e garantir seus lucros. Certamente esses processos, que possibilitaram e legitimaram a mercadorização das sementes dos camponeses, amplamente reconhecidas e analisadas, servem para muitas lições, inclusive a de que esse é um campo que deve ter atuação constante dos movimentos sociais. Assim, as experiências internacionais relatadas por Suárez (2013) – no campo da constituição da soberania genética –, organizadas pelos movimentos sociais rurais, apontam para ações no campo da constituição de direitos para influenciar

a elaboração de normas nacionais que protejam os camponeses, suas sementes e seus recursos e, sobretudo, os conhecimentos a eles associados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MPA construiu um legado importante, exemplo de experimentação social, que considera os modos de existência camponesa e suas diversidades de formas de existir nos diferentes ambientes, porque há uma diversidade de constrangimentos, de conflitos históricos e atuais, de invenções e elaborações nos diversos campos; nesses contextos, a soberania segue sendo uma necessidade do ponto de vista socioambiental e político.

A apropriação do funcionamento do setor de sementes por dentro, tanto do sistema formal como a demanda reprimida nos diversos setores da sociedade, permitiu constatar que há um mercado tanto institucional quanto da produção orgânica crescente no país para abastecer e, portanto, a constituição de alianças é importante para que a soberania genética se fortaleça do ponto de vista territorial, incluindo, aí, os territórios indígenas, quilombolas e das comunidades tradicionais. Compartilhar essas aprendizagens é um passo preponderante para que mais grupos sociais possam se apropriar dos conhecimentos, isso porque o movimento construiu não apenas uma capacidade discursiva para influenciar as políticas públicas, mas uma capacidade técnico-científica, um saber-fazer prático e teórico de produção por dentro dessas políticas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Â. F. 2013. **Consciência e territorialização contra-hegemônica: uma análise das políticas de formação da Via Campesina América do Sul.** Presidente Prudente, SP: [s.n.], 276 p. Dissertação (Mestrado em geografia).

CARDOSO, I. M. 2015. People managing landscapes: agroecology and social process. In: Agroecology for food security and nutrition proceedings of the FAO International Symposium. Rome, Italy; 426 p., pp. 73-87.

COOPERATIVA DE TRABAJO PARA LA COMUNICACIÓN. **Producir semillas criollas para alimentar al mundo.** 21/02/2014. Disponível em: <http://www.8300.com.ar/2014/02/21/producir-semillas-criollas-para-alimentar-al-mundo/>. Acesso em: 02 mar. 2016.

CUNHA, F. L. 2013. **Sementes da Paixão e as Políticas Públicas de Distribuição de Sementes na Paraíba.** Dissertação (Mestrado em Práticas

em Desenvolvimento Sustentável). Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 184 p.

DESMARAIS, A. A. 2013. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular (Vozes do campo), 338 p.

KLOPPENBURG, J. **First the seed: The political economy of plant biotechnology, 1492-2000**. Cambridge: Cambridge University Press, 2. ed., 2004.

KLOPPENBURG, J. Re-purposing the master's tools: the open source seed initiative and the struggle for seed sovereignty. Conference Paper # 56, Food Sovereignty: A Critical Dialogue International Conference, 2013.

KLOPPENBURG, J. Re-purposing the master's tools: the open source seed initiative and the struggle for seed sovereignty. **The Journal of Peasant Studies**, 41:6, 2014, pp. 1225-1246.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES-MPA/PR. Sementes: Patrimônio dos Povos a serviço da humanidade. Paraná: Associação Paranaense dos Pequenos Agricultores/APPA. (**Cartilha de Formação**). 2009b. 27 p.

NIEMEYER, C. B. 2006. **Contestando a governança global: a Rede Transnacional de Movimentos Sociais Via Campesina e suas relações com a FAO e OMC**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais. 190 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais).

OLIVEIRA, A. U. 1996. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 164 p.

REIS, M. R. 2012. **Tecnologia Social de Produção de Sementes e Agrobiodiversidade**. Brasília: UnB Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. 2012. 288 p. (Dissertação de Mestrado).

SUÁREZ, S. M. The human rights framework in contemporary agrarian struggles. **The Journal of Peasant Studies**, 40:1, 2013, pp. 239-290.

VIEIRA, F. B. 2008. **Dos proletários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre articulações internacionais de trabalhadores**. Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional; 220 p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional).

WITTMAN, H. 2011. Food Sovereignty: A New Rights Framework for Food and Nature? **Environment and Society: Advances in Research** 2. pp. 87-105.

Retrieved from: [http://vssweb1.landfood.ubc.ca/publications/Wittman\\_2011\\_Food\\_Sovereignty\\_Review\\_Env\\_Society.pdf](http://vssweb1.landfood.ubc.ca/publications/Wittman_2011_Food_Sovereignty_Review_Env_Society.pdf).